



"Está na hora do Governo assumir o problema dos afogamentos e passar à acção"

Mais um verão passou e Portugal não se pode orgulhar: o número de crianças vítimas de afogamento ainda assusta.

Os números não negam, as crianças continuam a morrer afogadas em Portugal. Apenas nos primeiros 9 meses de 2006, há já registo de 17 afogamentos fatais, tendo em conta casos registados na imprensa nacional e no Instituto de Socorros à Náufragos. Infelizmente, este tipo de acidente ainda representa a segunda causa de morte em crianças. Tendo em conta a falta de dados oficiais actuais, a APSI realizou, como vem fazendo nos últimos anos, um estudo baseado em recortes extraídos da Comunicação Social. Em anos anteriores, e tendo em conta os dados do INE que apontavam para 30 casos mortais por ano, a APSI verificou que a imprensa cobria apenas 43 a 46% dos casos mortais, pelo que o número de vítimas é certamente maior.

- **Até Setembro de 2006** foram registados 15 casos de afogamento nos recortes de imprensa, sendo 80% fatais (vale a pena lembrar que 2006 ainda não acabou e que outros casos podem ocorrer, apesar do período considerado mais crítico, Maio a Agosto, já ter passado). Os acidentes mais frequentes este ano, ocorreram em tanques e poços (33%), piscinas (27%) e rios (27%). 64% dos casos foram com crianças do sexo masculino. A maioria dos acidentes (73%) ocorreu entre os meses de Maio e Agosto, com maior incidência nas regiões Norte e Centro de Portugal. Houve um aumento de acidentes nas faixas etárias dos 10 aos 18 anos. Na maior parte dos casos, as crianças estavam acompanhadas por adultos.
- **Em 2005** foram registados na imprensa, 12 casos de afogamento, sendo 83% fatais. 67% dos acidentes ocorreram com crianças do sexo masculino e a maioria dos casos aconteceu também entre os meses de Maio a Agosto, e também com maior incidência no Norte e Centro de Portugal. Em relação aos locais, 33% foram em tanques e poços, 25% em piscinas, 17% em rios e 17% em barragens. Na maior parte dos casos, as crianças estavam acompanhadas por colegas/amigos.

	Nº Acidentes	Acidentes Fatais	Sexo	Local	Idade
2004	20	75%	60% masculino	35% poço, 15% praia, tanque e piscina	39% dos 0 aos 4 anos
2005	12	83%	67% masculino	33% tanque e poço, 25% piscina, 17% rio e barragem	46% dos 0 aos 4 anos
2006	15	80%	64% masculino	33% tanque e poço, 27% piscina e rio	36% dos 10 aos 14 anos

(fonte: Estudo Recortes de Imprensa APSI)

Estes dados mostram que pouco tem mudado. Continuam a morrer crianças como antes. "É triste constatar que no 4º ano da Campanha de Segurança na Água, a alertar as populações, haja ainda tantas mortes. Isso mostra que está a faltar acção política, leis e fiscalização que promovam a segurança nessa área. Está na hora do Governo assumir o problema dos afogamentos em crianças e passar à acção com uma visão multidisciplinar", comenta a Presidente da APSI, Helena Cardoso de Menezes.



O que a APSI quer das autoridades é claro e vem sendo repetido continuamente há anos:

1. O Governo e as autoridades locais devem trabalhar em parceria, **unir esforços**, com as organizações da sociedade civil e as populações pois a redução da mortalidade por afogamento só pode ser eficaz com estratégias concertadas e adaptadas às realidades locais.

2. É urgente a recolha e tratamento atempados dos **dados** sobre afogamentos, de forma a que existam dados oficiais; só assim, a verdade nacional sobre esta problemática poderá ser conhecida na sua real dimensão e se poderão definir estratégias direccionadas e eficazes.

3. A obrigatoriedade da protecção de **piscinas** com barreiras físicas, nomeadamente em habitações, condomínios e aldeamentos turísticos deve ser regulamentada. De relembrar que a maioria das crianças afogadas no Algarve não são residentes e sim pertencentes a famílias em férias, que alugam casas. Os senhorios deverão assegurar a segurança das suas propriedades, à semelhança do que já acontece em França. Na Nova Zelândia, Austrália e Suécia, em que a colocação de vedações em piscinas é obrigatória há vários anos, o número de mortes em piscinas sofreu uma redução considerável. "O número de acidentes em piscinas no Algarve, por exemplo, é assustador. Temos que agir rapidamente para que o drama das piscinas no Algarve não contamine todo o País", afirma a Pediatra do Hospital Distrital de Faro e Responsável pelo Núcleo da APSI no Algarve, Elsa Rocha.

4. A aplicação e eventual revisão da legislação sobre protecção de **tanques e poços** é fundamental. Em 2005 e 2006 a imprensa noticiou 9 casos de afogamentos relacionados com o abandono e deficiente protecção de tanques e poços, que para além de colocarem em risco a vida das crianças, colocam também em risco a vida de quem as tenta salvar. Estes casos mostram a ineficácia da legislação e fiscalização das condições de segurança já previstas na lei, e a urgência da sua revisão. Seria importante, tomando como exemplo a legislação da Madeira, considerar a implementação dum sistema de incentivos financeiros e apoio técnico que promovam o cumprimento da lei, ajudando os proprietários a recuperar ou desactivar os poços abandonados.

5. É urgente a regulamentação da Lei 44/2004 que define o regime de segurança dos banhistas. Na prática, enquanto não houver regulamentação, as poucas regras em vigor datam de 1959 e 1969 (revogadas em 2004 mas repostas este ano para a época balnear de 2006, devido à falta de regulamentação definitiva). Seria desejável a existência de um só diploma, elaborado na perspectiva do banhista, que incluísse requisitos de utilização, segurança e vigilância nos diversos tipos de praias concessionadas ou não concessionadas, abrangendo também piscinas e outros ambientes aquáticos públicos propícios para banhos.

6. É fundamental a inclusão da formação em **primeiros socorros** nos currícula escolares, nomeadamente ao nível do 3º ciclo do ensino básico, já que do socorro imediato e eficaz dependerá a vida ou a qualidade de vida futura da vítima. Além disso, o estudo da APSI revela que na maioria dos casos, os familiares e populares são os primeiros a prestar socorro e a qualidade desse socorro é, sem dúvida, determinante.

A APSI vem apelar ao Governo para que aja e afirma: "Estamos confiantes que o Governo vai, finalmente, assumir as suas responsabilidades dando corpo às estratégias necessárias que lhe competem para o controlo dos afogamentos em Portugal".

**A Morte por Afogamento é Rápida e Silenciosa...
E a Solução depende de Todos!**